

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de julho de 2020 às 07h28
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Propriedade Intelectual

'EUA veem China como concorrente desleal e disputa durará muitos anos'	3
---	----------

GERAL | O ESTADO DE S.PAULO | PAULO BERALDO

Propriedade Intelectual

Entenda a escalada de tensões entre EUA e China	8
--	----------

GERAL | O ESTADO DE S.PAULO

Arbitragem e Mediação

As relações contratuais e a mediação como forma de solucionar conflitos	12
--	-----------

Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

Startups terão processo de patente acelerado	15
---	-----------

CNN Brasil Online | BR

Pirataria

Prejuízo provocado por produtos falsificados aumentou 15% em um ano	16
--	-----------

BUSINESS | EM SÃO PAULO

'EUA veem China como concorrente desleal e disputa durará muitos anos'

GERAL



Analista afirma que EUA não querem ser ultrapassados em tecnologia e inovação, enquanto China defende a reputação do Partido Comunista e do governo para não ter portas comerciais fechadas

Enquanto os **Estados Unidos** enxergam na **China** um concorrente desleal em áreas como desenvolvimento de tecnologias e inovações, os chineses entendem que os **americanos** querem minar o seu poder e seu avanço comercial em diferentes regiões do mundo. É o que diz o analista Thiago de Aragão, diretor de estratégia da Arko Advice, que vê no cenário uma **disputa** sem prazo para acabar que coloca frente a frente duas visões de mundo antagônicas.



Para Aragão, faz sentido falar em uma nova guerra fria, já que a disputa se dá em diferentes áreas como tecnologia, geopolítica, busca por alianças internacionais e relação comercial. "Enquanto um sentir que sua existência conceitual está ameaçada pelo outro, não haverá acordos pontuais que resolverão", afirmou ele no dia em que a China determinou, em retaliação, o **fechamento** do consulado americano na metrópole de Chengdu. Antes, os americanos ordenaram o fechamento do consulado chinês no Texas sob alegação de que era um centro de espionagem e roubo de dados. "O objetivo de cada lado implica no enfraquecimento do outro nessas arenas". Abaixo a entrevista completa.



Qual é o ponto central do embate atual entre China e EUA?

O principal ponto está relacionado à propriedade intelectual em temas de tecnologia. No entendimento americano, existe uma violação chinesa da propriedade intelectual americana que possibilita que a China equalize ou ultrapasse a capacidade tecnológica dos EUA. O desenvolvimento tecnológico

Continuação: 'EUA veem China como concorrente desleal e disputa durará muitos anos'

tem influência direta em temas como saúde, assuntos militares, de educação, de software, de aviação. Naturalmente a China nega essas violações. Mas, na visão dos EUA, isso faz com que a concorrência e a disputa sejam desleais. Seria uma forma de a China cortar caminho na competição.

No fim das contas, é uma questão de segurança nacional e influência geopolítica. Os EUA entendem que a China consegue uma vantagem desleal por meio de violações de **propriedade** intelectual e espionagem industrial. Já os chineses entendem que os EUA buscam minar sua reputação e credibilidade para restringir o alcance comercial chinês. Tecnologia é um ponto crítico por possibilitar a oferta de produtos e inovações que ampliam o alcance comercial chinês, por isso a **propriedade** intelectual e as acusações de espionagem industrial amarram a questão de segurança nacional e influência geopolítica.

Na prática, como a China ameaça os Estados Unidos no campo tecnológico?

O desenvolvimento tecnológico é uma ameaça em um mundo totalmente conectado. Há cada vez mais sistemas financeiros, militares, sistemas de telecomunicações, de radar, de meteorologia, interligados por meio de servidores. À medida que um país desenvolve, entre outras coisas, inteligência artificial - um ponto que preocupa muito os americanos pelo avanço chinês -, você consegue afetar o funcionamento dessas áreas sem que o outro tenha pleno conhecimento disso.

A Huawei é um exemplo. Ela tem um produto de alto nível técnico, mas não transmite para parte do Ocidente a confiança de transparência na distribuição e do tráfego de dados em suas redes de banda larga e na tecnologia 5G. É uma tecnologia que também traz soft power, capacidade de expansão de outros produtos nessas linhas, que ocupa o mercado e também permite acesso a informações que preocupam os americanos.

766E3C01-53A8-483E-9B06-CCE0C7108013

Se um país controla a infraestrutura de conexão em rede, em tese ele passaria a ter um controle do funcionamento e da eficiência dessa rede. E0EAB005-90 61-4B3D-86B9-AEB61693E313

Por mais que países possam desenvolver medidas de segurança, a velocidade na inovação faz com que novas tecnologias tornem as anteriores obsoletas, mesmo antes do detentor da tecnologia antiga perceber. Esse ponto cego abre a possibilidade de espionagem e manipulação de dados. À medida que a China se desenvolve tecnologicamente, o diferencial do poderio americano para o chinês diminui e abre frentes para ações mais ousadas dos chineses em relação a Hong Kong e Taiwan.

Para Entender Entenda a escalada de tensões entre EUA e China Fechamento de consulado, guerra comercial, disputa tecnológica e questões humanitárias fazem parte da competição por protagonismo no cenário internacional

Há também uma disputa por áreas que estariam sob a influência das duas potências, certo?

A China tem hoje uma vantagem que os EUA não têm: a capacidade de financiamento e de oferecimento de linhas de crédito a juros mais baixos e com regras mais simples que as oferecidas como, por exemplo, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Na compreensão americana, essa expansão de linhas de crédito acaba gerando uma dependência. Os países ficam vinculados à China por muitos anos.

A China atrela como garantia para essas linhas alguns ativos públicos, como a prioridade para construir uma estrada, um porto, e aceita pagamento via commodities. Os EUA vão perdendo um pouco de espaço, principalmente em relação aos emergentes. O apelo da narrativa ideológica de valores clássicos ocidentais - como a democracia - se dilui na ne-

Continuação: 'EUA veem China como concorrente desleal e disputa durará muitos anos'

cessidade e urgência de certos países em obter financiamento para tocar o dia a dia de suas atividades.

A Argentina é um exemplo: mesmo com Macri no poder (*aliado* dos americanos), fechou acordo de financiamento e construção com a China para duas usinas nucleares. Isso gera dependência energética e restringe a influência americana na área. Essa situação se repete em vários países emergentes e reduz a margem de manobra de influência americana.

Como os EUA têm tentado conter esse movimento?

Por enquanto, a estratégia de sanções contra empresas chinesas tem gerado mais efeito do que alertar sobre os riscos da falta de transparência dos produtos chineses. As sanções fazem com que o mercado não tenha confiança em investir em uma empresa chinesa pelo temor de que em meses ela pode estar inviabilizada. Isso fez com que a Huawei fosse severamente afetada.

Quando os EUA colocaram sanções sobre os fornecedores dessa empresa, geraram incerteza sobre a qualidade do produto final, principalmente depois de já a empresa já ter fechado contratos. As sanções inibem a capacidade de expansão de determinadas empresas chinesas, mas não solucionam o problema da dependência de certos países emergentes. Para isso, os EUA precisam de uma estratégia paralela, dissociada da China, em que emergentes voltem a reconhecer o valor de alinhamento com os EUA em substituição ao que a China oferece.

Como seria essa estratégia?

Existem duas linhas de dependência perante a China: por meio de linhas de crédito e por meio de benefícios comerciais. No primeiro caso, as fontes tradicionais ocidentais de financiamento precisam se modificar para oferecer flexibilidade e facilidades nas obrigações que os países devem ter com o financiador. Caso contrário, obter financiamento chinês será sempre mais fácil burocraticamente, mesmo que isso re-

presente um laço de dependência mais duradouro.

Na segunda linha, os EUA precisam oferecer acesso ao seu mercado de forma mais flexível e menos protecionista para que exportar aos EUA seja mais uma opção ao invés de ver a China como o único comprador viável. Um acordo de livre comércio entre Brasil e EUA tem dificuldades por conta da preocupação de produtores rurais americanos com a alta capacidade produtiva brasileira. O mesmo em relação aos produtores franceses. Resta então a China, o que gera dependência comercial.

Que outras armas os EUA teriam para conter esse avanço chinês?

A maior arma que os EUA têm são sanções contra os bancos chineses. A China tem cerca de US\$ 3,3 trilhões em bancos chineses que atuam no exterior. É o dinheiro que financia a maioria das linhas de crédito para vários países emergentes. Restrições ou sanções nesses bancos poderia prejudicar fortemente a capacidade chinesa de operar essa que é a maior política pública internacional que eles têm. É o maior mecanismo de engajamento chinês com outros países. Essa seria a maior pressão na China, que geraria uma retaliação à altura.

Poderia isolar o mundo em dois sistemas econômicos porque haveria países que optariam por violar as sanções e ter acesso ao financiamento chinês. As sanções na cadeia de fornecimento para produtos chineses produz efeitos, mas precisa estar alinhada com um estímulo de desenvolvimento de cadeias produtivas alternativas em outros países.

Uma mudança de governo americano após as eleições de novembro pode mudar a relação com a China? Os chineses teriam alguma preferência entre Trump e Biden?

Joe Biden também tem uma postura muito agressiva em relação à China. Não há um antagonismo de visão. O que pode mudar é a forma da narrativa, mas

Continuação: 'EUA veem China como concorrente desleal e disputa durará muitos anos'

não necessariamente o conteúdo. Na minha concepção, a China preferiria uma vitória do Trump. Isso não alteraria a narrativa anti-China que já está contabilizada por eles e vai ocorrer de um lado ou outro. Mas o Biden, adepto de uma linguagem mais diplomática, tem uma possibilidade de reorganizar uma aliança global dos EUA com velhos aliados que Trump afastou nos últimos anos. O diálogo com Macron, na França, Merkel, na Alemanha, e Shinzo Abe, no Japão, poderia funcionar de forma mais fluida.

Isso faria com que uma aliança anti-China fosse mais robusta do que a promovida pelo Trump. A China entende que está envolvida numa disputa de concepção de mundo com os EUA que durará muitos anos. A disputa não é necessariamente com os EUA, mas com a narrativa americana em outros países. Trump possibilita que a Alemanha tenha uma visão menos simpática à narrativa americana e isso, para os chineses, equilibra suas tentativas de impedir restrições no mercado alemão. Uma aliança americana robusta dificultaria a narrativa chinesa em aliados americanos, pois os EUA possuem mais elementos históricos de engajamento com a Europa e Japão do que os chineses.

Faz sentido falar que vivemos uma nova guerra fria ou isso é um exagero?

A guerra fria tem de ser analisada no que ela literalmente quer dizer e não em uma comparação histórica com a União Soviética. Por que guerra fria? Porque há vários tipos de confrontação e verbalização agressiva entre os dois países, retaliações, provocações, mas que não culminam em uma situação militar. A partir do momento que os dois países se reconhecem como inimigos, podemos argumentar que existe uma guerra fria.

Um ponto de similaridade é o fato de que essa disputa ocorre em diversas arenas: tecnológica, posicionamento geopolítico, busca por alianças, dependências comerciais, dependência de linhas de crédito. A disputa não pode mais ser solucionada

com um acordo comercial ou de propriedade intelectual. É preciso algo muito maior, já que o objetivo de cada lado implica no enfraquecimento do outro nessas arenas.

Há alguma previsão desse conflito arrefecer?

Conceitualmente, são dois países opostos. O conflito não acontece por uma razão conjuntural ou um fato isolado que gerou uma contradição. Enquanto o Partido Comunista estiver à frente do governo da China, haverá essa visão antagônica com os EUA. Na China, o nacionalismo é muito forte, o patriotismo é elevado. Há a compreensão de que os EUA querem prejudicá-los.

A essência dos valores chineses guia suas ações no mundo e isso tira um espaço que antes era ocupado pelos EUA. Ao mesmo tempo, a China entende que todas as ações americanas visam, em última instância, minar o poder do Partido Comunista Chinês, logo, sua existência. Enquanto um sentir que sua existência conceitual está ameaçada pelo outro, não haverá acordos pontuais que resolverão isso. No máximo pausas e alterações momentâneas de foco.

Em que patamar está o Brasil dentro dessa disputa geopolítica?

O Brasil está em uma condição diferente. Não precisamos de linhas de crédito e de financiamento, que é o principal ativo da China ao atrair um país para sua esfera de influência. No Brasil, a China precisa passar por procedimentos normais de licitação para executar obras públicas de infraestrutura, é similar a qualquer outro país. Por outro lado, o País é estratégico para a China por ter um mercado consumidor gigante. À medida que a China avança operações de suas empresas no Brasil, isso agrega credibilidade para elas atuarem em outros países ocidentais. Mas o Brasil é burocraticamente e tributariamente complexo e os chineses ainda não conseguiram decifrar isso. Por isso se restringem a poucas áreas, como agronegócio e minério.

Continuação: 'EUA veem China como concorrente desleal e disputa durará muitos anos'

A China possui uma linha estratégica clara em relação ao Brasil: fortalecer o processo de tomada de decisão a seu favor no Palácio do Planalto visando equilibrar o sentimento pró-americano. O país também pretende enfatizar a noção de importância estratégica comercial dentro do Ministério da Economia para criar um aliado pragmático dentro do governo, oferecer linhas de crédito e demonstrar interesse perante o Ministério de Infraestrutura para maior envolvimento nos programas de parcerias de investimentos.

Também busca explorar a possibilidade de expansão de importações com o Ministério da Agricultura e a

bancada ruralista para fortalecer uma base aliada que possa ter voz favorável em assuntos não necessariamente relacionados ao agronegócio. E tenta garantir que a Huawei possa participar do leilão do 5G visando fincar o pé no maior leilão 5G do mundo e poder disseminar uma contra-ofensiva de narrativa de credibilidade.

Paulo Beraldo, O Estado de S.Paulo

Entenda a escalada de tensões entre EUA e China

GERAL



Fechamento de consulado, guerra comercial, disputa tecnológica e questões humanitárias fazem parte da disputa por protagonismo no cenário internacional entre as maiores potências econômicas do mundo

A tensão entre **Estados Unidos** e **China** aumenta a cada semana em uma disputa que envolve aspectos econômicos, financeiros, políticos, tecnológicos e militares. As duas maiores potências econômicas do mundo têm disputado o protagonismo em quase todas as questões em pauta no cenário internacional. Nesta semana, a determinação do fechamento do consulado da China no Texas e a **represália** ordenando o fechamento do consulado americano na metrópole de Chengdu levou o conflito a outro patamar.

O cenário que leva às disputas tem diversas causas. Desde a guerra comercial travada por **Donald Trump** e Xi Jinping até a denúncia de espionagem chinesa em solo americano, feita na quinta-feira, 23, pelo secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo. Questões humanitárias envolvendo a repressão a liberdades individuais em Hong Kong e a perseguição de minorias muçulmanas na China também pesam. E, como pano de fundo, a disputa por quem terá o domínio das principais tecnologias do futuro.

De acordo com o ex-embaixador do Brasil nos EUA **Sérgio Amaral**, a questão entre EUA e China deve abpi.empauta.com

plasmam toda a organização do período pós-coronavírus em áreas que vão do desenvolvimento tecnológico às parcerias comerciais. "Na medida em que os dois principais pólos do eixo de poder possam assumir formas de confronto, de hostilidade, isso vai levar a uma disputa pela conquista de áreas de influência e de aliados ou adversários", disse em entrevista recente ao **Estadão**.

"Nem EUA nem China estão interessados em encerrar disputa", afirma Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da FGV. Para ele, a opinião pública chinesa e americana esperam respostas à altura para a disputa entre as duas nações. "É uma espiral e nenhum dos dois estão interessados em encerrar esse processo agora. A situação vai piorar ainda mais". Confira abaixo alguns pontos do conflito.

Fechamento de consulados

A China ordenou na sexta-feira, 24, o fechamento do consulado americano em Chengdu, cidade localizada no sudoeste do país, em retaliação aos EUA pelo **fechamento** da representação diplomática chinesa em Houston dois dias antes. A medida chinesa foi tomada horas depois de o secretário de Estado americano, **Mike Pompeo**, acusar o consulado chinês no Texas de ser um "**centro** de espionagem".

Por meio de um comunicado, o Ministério das Relações Exteriores da China afirmou que a medida é "uma resposta legítima e necessária às medidas irracionais dos Estados Unidos". Pelo lado americano, a justificativa apontada para o fechamento do centro diplomático chinês foi a "proteção da **propriedade** intelectual americana e as informações privadas dos americanos", nas palavras de **Morgan Ortagus**, porta-voz da Secretaria de Estado. O governo americano declarou que "a China se envolve há anos em operações ilegais de espionagem nos Estados Unidos contra funcionários do governo dos

Continuação: Entenda a escalada de tensões entre EUA e China

EUA e cidadãos americanos".

Denúncia de espionagem

Antes do fechamento do consulado chinês em território americano, contudo, os EUA denunciaram dois cidadãos chineses por espionagem. **Li Xiaoyu**, de 34 anos, e **Dong Jiazhi**, de 33, teriam feito ciberataques a empresas americanas roubando segredos industriais avaliados em milhares de dólares ao longo de dez anos. Mais recentemente, os dois cidadãos - que são apontados como "**hackers** que trabalham para o Ministério chinês de Segurança" - **teriam** tentado roubar informações sobre uma vacina em desenvolvimento contra a covid-19. As autoridades chinesas classificaram como "calúnias" as acusações.

A denúncia provocou uma subida de tom nas declarações da cúpula do governo de Trump. Pompeo reafirmou a denúncia de espionagem chinesa durante um pronunciamento na Califórnia na quinta, 23. E ainda atacou o regime chinês, o qual taxou de 'autoritário', 'agressivo' e 'hostil'. "Se o mundo livre não muda a China comunista, a China comunista nos mudará", disse o secretário.

Eleições americanas

Para analistas e observadores internacionais, o presidente Donald Trump também busca **projeção** eleitoral na disputa com a China. "O Trump vai tornar essa questão da China a principal arma dele contra Joe Biden. Isso vai continuar e se agravar daqui a novembro", afirmou **Rubens Ricupero**, o ex-embaixador nos EUA, em entrevista ao **Estadão**.

Segundo o diplomata, a maior parte da opinião pública americana tem antipatia com a China por distintas razões, de modo que abordar esse assunto de forma dura pode trazer ganhos eleitorais. **As** pesquisas mais recentes mostram Trump atrás de Biden em até 14 pontos, conforme uma investigação recente do New York Times/Sienna College. Pesam

contra o atual presidente uma gestão confusa da pandemia do novo coronavírus e a crise econômica que afeta os EUA, o país com mais casos e mortes decorrentes da covid-19.

Guerra comercial

Uma das principais frentes da disputa entre ocorre na esfera econômica. **A** chamada "guerra comercial" começou em janeiro de 2018, quando Trump começou a impor tarifas extras para a entrada de produtos chineses nos EUA. Após a taxação de diversos produtos, o governo de **Xi Jinping** respondeu na mesma medida, impondo tarifas a produtos americanos em abril do mesmo ano.

Desde então, os países alternam momentos de avanço e retrocesso nas negociações. Os EUA acusam constantemente o regime chinês de **manipular** o câmbio, desvalorizando o yuan frente ao dólar, para tornar seus produtos mais competitivos no mercado internacional.

Huawei, tecnologia 5G e cibersegurança

O protagonismo no mercado das telecomunicações também é motivo de embate entre Washington e Pequim. **O** governo americano vem pressionando países aliados a impedirem a participação da empresa chinesa Huawei na implementação da tecnologia 5G em seus territórios. A retórica americana usa diversos aspectos do conflito entre os dois países como justificativa, desde a cibersegurança até violações de direitos humanos cometidos pelo regime chinês.

Países importantes como Reino Unido e França já sucumbiram à pressão americana e proibiram ou limitaram a presença da chinesa nessa tecnologia. Em 14 de julho, **o** governo de Boris Johnson decidiu banir a Huawei da rede de 5G no país, enquanto autoridades francesas avisaram na quinta, 23, que operadoras de telecomunicações que planejam comprar equipamentos 5G da empresa não poderão renovar licenças quando expirarem, **eliminando** a empresa

Continuação: Entenda a escalada de tensões entre EUA e China

chinesa das suas redes móveis.

A desconfiança americana sobre o uso de empresas de tecnologia para espionagem pelo governo chinês não se limita a Huawei. No começo de julho, **Mike Pompeo** afirmou em entrevista à Fox News americana que o país cogita banir aplicativos de redes sociais chineses, como o TikTok. Segundo Pompeo, parlamentares americanos demonstram preocupação com a segurança nacional em razão do uso de dados de usuários do aplicativo. O Tik Tok é alvo de investigação do Federal Trade Commission (FTC) e do Departamento de Justiça dos EUA por supostamente violar a privacidade de crianças nos EUA.

Hong Kong

Ao determinar o fim do tratamento econômico e comercial especial concedido a Hong Kong em represália à lei de segurança nacional da China, os EUA subiram mais um grau no tom da disputa comercial. Antes de ser devolvido à China pelo Reino Unido, em 1997, Hong Kong teve como promessa de Pequim a garantia de sua autonomia. Haveria "um país e dois sistemas", o que permitiria ao território conservar liberdades que não se aplicam na China continental - economia livre, justiça independente, liberdade de expressão e um parlamento elegido parcialmente por sufrágio universal. Tudo isso está em risco com a nova lei.

"A China vê Hong Kong sob o aspecto de uma parte que já foi sua e talvez um dia volte a ser. É uma questão de segurança nacional e há o receio de que uma liberalização de Hong Kong possa ter influência na sociedade chinesa. Mas Hong Kong vê a situação pela ótica de que o documento que permitiu a transferência de volta para a China, em 1997, assegura os ideais de democracia e de liberdade que os chineses não têm", **resumiu** em entrevista ao Estadão o diplomata Sérgio Amaral, que foi embaixador do Brasil nos EUA e é presidente emérito do Conselho Empresarial Brasil-China.

Minorias muçulmanas

Outro alvo constante de ataques americanos é a repressão do regime chinês contra os uigures, minoria muçulmana que habita a região de Xinjiang, no oeste da China. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), um milhão de muçulmanos foram detidos em "campos de reeducação" na região.

Relatos da imprensa internacional mostram que há **uma** ampla campanha de Pequim para que os uigures passem a seguir o Partido Comunista, enfraquecendo seu compromisso com o Islã e transferindo-os de suas fazendas para fábricas. Cidades e vilarejos são cercados por postos de controle da polícia que usam tecnologia de reconhecimento facial para registrar as idas e vindas das pessoas. **Pequim** nega esse número e fala em "centros de treinamento profissional", que funcionariam para apoiar o emprego e combater o extremismo religioso.

Em junho, **Trump** sancionou uma lei para impor sanções aos responsáveis pela repressão aos uigures. O projeto de lei foi aprovado no Congresso dos EUA quase por unanimidade, mesmo com ameaça de retaliação por parte dos chineses.

O Brasil na disputa geopolítica

Na avaliação do pesquisador Lucas Leite, professor de relações internacionais da FAAP, o Brasil historicamente não tomaria partido em uma disputa entre duas potências. "Nossa política externa sempre foi marcada por uma **mediação** e pela busca de um diálogo", relembra, ressaltando que a postura mudou desde a posse de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019. Segundo Leite, a posição do governo brasileiro hoje é pró-Trump, mais do que pró-americana, o que afeta a forma como outros países percebem o País no sistema internacional.

Caso o país adote uma posição favorável a um lado ou outro, o pesquisador acredita que o Brasil teria mais a perder do que a ganhar. "O Brasil poderia ser afetado

Continuação: Entenda a escalada de tensões entre EUA e China

na medida em que o governo Trump colocasse ultimatos em relação a formas de fazer comércio com os EUA ou coloque para seus parceiros limitações no uso de tecnologias como o 5G da Huawei (como ocorreu no Reino Unido). Isso afetaria nossa relação com a China, nosso principal parceiro comercial, sem necessariamente nos colocar em uma posição melhor com os EUA". / **Com** informações do NYT, Reuters e AFP

Renato Vasconcelos e Paulo Beraldo, O Estado de S.Paulo

As relações contratuais e a mediação como forma de solucionar conflitos



Ana Paula Nazareth Babbulin. FOTO: DIVULGAÇÃO

Vivemos um momento diferente por conta da pandemia, que redesenhou o país e levou para mudanças de comportamento, alterando uma série de padrões. Não foi diferente na esfera jurídica, em especial as relações contratuais. A busca pelo equilíbrio nas disputas contratuais deverá ser um objetivo para o Judiciário.

Sabemos que em nosso ordenamento jurídico os contratos fazem lei entre as partes, princípio do *pacta sunt servanda* (os contratos devem ser cumpridos) mas, também, temos institutos para redução desse impacto, ou seja, a teoria da imprevisão, onerosidade excessiva, caso fortuito e força maior.

Com o advento da COVID-19 e da extrema dificuldade para o cumprimento dos contratos permite-se a revisão do valor das prestações contratuais, sob o prisma dos artigos 317 (teoria da imprevisão), artigo 478 (onerosidade excessiva) e artigo 393, parágrafo único (caso fortuito ou força maior), todos do Código Civil Brasileiro.

Assim, as partes e os profissionais do direito têm procurado o judiciário com a denominada revisão contratual com a possibilidade do devedor modificar equitativamente as condições do contrato. Fala-se, abpi.empauta.com

ainda, na rescisão contratual, que nos termos do artigo 393, parágrafo único do Código Civil, se mostra adequada ao caso fortuito ou de força maior, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir.

Essas ações visam, também, a exoneração do pagamento de multa e do pagamento de indenização por perdas e danos, sempre analisando as circunstâncias de cada contrato, prazo, cláusulas com existência ou não sobre o assunto. Cada aspecto é analisado, levando em conta o cumprimento das obrigações e proteção dos interesses das partes, mas essas ações demandam tempo.

Sabemos que a autonomia privada dos contratos deve ser preservada, mas na atual emergência e calamidade pública que o país vem enfrentando, flexibilizar a relação entre as partes, cláusulas e sanções, se mostra primordial.

A busca pelo equilíbrio contratual será um desafio para o Judiciário e a **Mediação**, que já vem sendo aplicada, pode ser uma ótima alternativa para resolver os problemas existentes, e os que surgirão.

A **Mediação** é uma forma de solucionar conflitos que conta com a atuação de um terceiro, independente e imparcial, chamado de mediador. Este ajudará as partes a chegarem a um acordo que seja satisfatório para ambos. Já existe uma lei que regulamenta essa atuação como mediador judicial e extrajudicial, a Lei 13.140/2015 como meio de solução de conflitos.

A **Mediação** fora dos tribunais (denominado o mediador extrajudicial) surgiu como uma forma de desmistificar a ideia de que os advogados e os conflitos devem ser resolvidos através da adversidade. A vantagem deste procedimento extrajudicial é justamente para que as partes alcancem uma solução amigável antes de chegar ao Judiciário, que entende ser este um procedimento fundamental servindo para diminuir a

Continuação: As relações contratuais e a mediação como forma de solucionar conflitos

demanda judicial (caindo significativamente o número de ações propostas, afinal, os envolvidos têm total conhecimento dos fatos e, através do diálogo buscam solução amigável).

No entanto para dar início na **mediação** extrajudicial deve haver a busca espontânea por uma das partes e aceitação pela outra. O serviço de **Mediação** Extrajudicial pode ser encontrado em Cartórios, Câmaras Privadas, com Mediadores Autônomos, em sites de **Mediação** Online ou em Núcleos de **Mediação** e Conciliação Universitária. Todos os serviços prestados dentro de uma dessas cinco possibilidades estarão enquadrados como serviços de **Mediação** Extrajudicial, mesmo nos casos em que os Mediadores, Conciliadores ou Câmaras possuam algum vínculo com o CNJ ou Tribunal de Justiça do Estado.

Como em um processo, existem prazos, mínimos e máximos, local para a realização da primeira reunião de **mediação**, contado a partir da data do recebimento do convite e até penalidade no caso de não comparecimento da parte convidada. É importante lembrar que ao final pode haver o registro de acordo total, parcial ou, na pior das hipóteses, não havendo acordo, as partes irão para o Judiciário.

No entanto, com o acordo celebrado, o procedimento de **mediação** será encerrado e este acordo constituirá título executivo extrajudicial.

Já a **mediação** judicial ocorre com a existência do processo e é realizada em audiências com um mediador indicado pelo Tribunal. Neste caso, o Juiz da causa é quem indicará o profissional e não estará condicionado a uma prévia aceitação das partes, que necessariamente deverão ser assistidas por seus advogados, ao contrário do que ocorre na **mediação**

extrajudicial, onde podem participar somente as partes envolvidas. Com a realização do acordo, as partes possuem um título judicial, passível de execução em caso de descumprimento e caso o acordo reste infrutífero, o processo seguirá seu curso normal.

A diferença primordial na **mediação** judicial e extrajudicial está no fato de que na primeira, quem dará início é o Juiz, já em trâmite processo judicial que muitas vezes as partes já se encontram indispostas a qualquer acordo.

Na **mediação** extrajudicial as partes tomam iniciativa, sem precisar socorrer-se ao Judiciário e aos desgastes de um processo, muitas vezes moroso e economicamente custoso. A vantagem está na predisposição das partes envolvidas em buscar uma solução consensual e isto é fundamental para se alcançar o objetivo vantajoso e satisfatório.

Especialistas falam em crescimento de 30% no uso das mediações pós pandemia, o que demonstra a importância na **mediação** de conflitos.

No Tribunal de Justiça de São Paulo já existe essa plataforma, onde o provimento CSM nº 2.289/2015 dispõe sobre a Conciliação e a **Mediação** de Conflitos à distância e a homologação judicial dos respectivos acordos. Ainda, os Tribunais do país estão em processo de implementação da **mediação** para casos de Recuperação Judicial.

No quadro atual, as relações contratuais terão a redução desse impacto, não só pelas teorias já existentes em lei (a teoria da imprevisão, onerosidade excessiva, caso fortuito e força maior), mas sim pela possibilidade das partes resolverem seus conflitos através de um mediador, que está preparado ao direito aplicável a cada contrato, sem que nada possa ser ge-

Continuação: As relações contratuais e a mediação como forma de solucionar conflitos

neralizado, em virtude dos artigos já existentes em lei e entendimentos jurisprudenciais. Enfim, a solução consensual é sempre melhor aceita do que uma intervenção sub-rogatória e para o Judiciário a **mediação** é fundamental, pois serve para diminuir a demanda judicial, caindo significativamente o nú-

mero de ações propostas e desafogando os Tribunais.

Ana Paula Nazareth Babbulin*

Startups terão processo de patente acelerado

São Paulo Após permitir a aceleração dos **processos** de patentes para produtos relacionados ao tratamento da Covid-19, o **Inpi** (Instituto Nacional da Propriedade Intelectual) vai estender a iniciativa para as startups a partir de 30 de julho. As empresas poderão solicitar prioridade na análise de seus pedidos ao instituto, que estima um prazo de 13 meses para responder. Segundo o **Inpi**, a mudança busca ajudar empresas tecnológicas a se consolidarem no mer-

cado.

com **Mariana** Grazini

Painel S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

Prejuízo provocado por produtos falsificados aumentou 15% em um ano

BUSINESS



Produtos falsificados Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Um estudo divulgado pela Associação Brasileira de Combate à **Falsificação** (ABCF) aponta que em um ano, de maio do ano passado para maio deste ano, o prejuízo causado por produtos falsificados e contrabandeados cresceu 15%.

O montante, que representava US\$ 40 bilhões (R\$ 209 bilhões) para US\$ 47 bilhões (R\$ 245 bilhões).

De acordo com o levantamento, os principais motivos para o crescimento são a baixa fiscalização nas fronteiras e portos, a crise econômica (que causa perda de poder aquisitivo da população), o aumento do desemprego e da informalidade e a alta taxa tributária que incide sobre a indústria nacional.

Um dos produtos que causa mais impacto nesse aumento é o cigarro. Do ano passado para este ano, os prejuízos com cigarro passaram de R\$ 11,8 bilhões para R\$ 15,9 bilhões.

Para Rodolpho Ramazzini, diretor da ABCF, a diminuição dos esforços da indústria no apoio ao combate realizado pelas autoridades e principalmente o

aumento expressivo na quantidade de cigarros ilegais que entram do Paraguai explicam esse crescimento.

Assista e leia também:

Vendas online de produtos de luxo crescem durante a pandemia

Confiança na marca e postura das empresas ganham relevância na pandemia

"Aproximadamente 85% dos cigarros ilegais encontrados no mercado brasileiro são produzidos em tabacarias paraguaias e entram no Brasil por quadrilhas especializadas", contou.

Para reverter esse cenário, o diretor da ABCF defende uma série de medidas, como um engajamento maior do setor produtivo junto às autoridades, vontade política, investimento em equipamentos e agentes extras para as forças de segurança, revisão das alíquotas tributárias que incidem sobre a indústria nacional e a conscientização da população sobre os riscos dos produtos falsificados.

Bruno Oliveira, da CNN, em São Paulo

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 8

Arbitragem e Mediação
8, 12

Marco regulatório | INPI
15

Patentes
15

Pirataria
16